



PODER JUDICIÁRIO
Estado do Rio de Janeiro

RELATÓRIO ANUAL DE DESEMPENHO
DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
2023





PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

**COMISSÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
- COSUS**

Presidente – Desembargadora Teresa de Castro Neves

MEMBROS - Portaria TJ nº 2755/2023

SECRETARIA GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

DEPARTAMENTO DE SUSTENTABILIDADE

DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES E METAS	6
1. PAPEL	6
2. COPOS DESCARTÁVEIS	8
3. ÁGUA MINERAL ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA	8
4. IMPRESSÕES	10
5. ENERGIA ELÉTRICA	11
6. ÁGUA E ESGOTO	13
7. GESTÃO DE RESÍDUOS	15
8. OBRAS E REFORMAS	18
9 - LIMPEZA	19
10. VIGILÂNCIA	20
11. TELEFONIA	22
12. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS	23
13. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES	24
14. QUALIDADE DE VIDA	26
15. CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE	28
16. RESPONSABILIDADE SOCIAL	31



APRESENTAÇÃO

O PLS para o período de 2021 a 2023 trouxe as adequações às diretrizes da Resolução CNJ 401/2021 e novas metas e desafios para a gestão sustentável, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PLS é um instrumento de gestão alinhado ao Planejamento Estratégico da instituição, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de diagnóstico e monitoramento, bem como avaliação de resultados, que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem mais eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica.

Cabe ressaltar ainda que o PLS também é considerado como instrumento de governança em contratações públicas, nos termos do art. 5º da Res. CNJ nº 347/2020.

Assim sendo, de acordo com o art. 10 da Resolução CNJ 400/2021, apresentamos o relatório de desempenho do PLS/TJRJ relativo ao exercício de 2023, vinculados aos indicadores do CNJ, bem como as ações que contribuíram para seus resultados.



INDICADORES E METAS

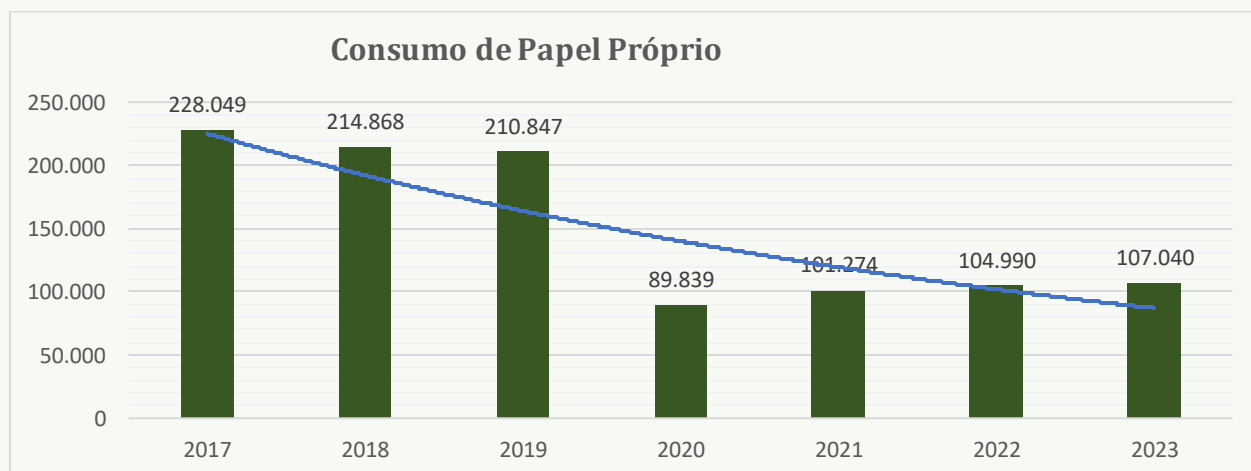


1. PAPEL

Indicador CNJ	Consumo de papel próprio
Unidade de medida	Resmas
Definição	Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, tamanhos A4 e Ofício, requisitada pelas unidades.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística- DEPAM
Meta PLS	Reduzir em 2% ao ano do consumo de resmas de papel até 2023 em relação ao ano de 2019.

Expectativa de evolução da meta do PLS (Resmas)	2021	2022	2023
	206.630	202.497	198.477

Série histórica							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
247.040	228.049	214.868	210.847	89.839	101.274	104.990	107.040
Meta atingida	SIM						
Observação	A Resolução CNJ 400/2021 passou a somar nesse indicador (tanto no consumo quando nos gastos) o papel reciclado, anteriormente contabilizado separadamente. Não houve a compra de resma de papel reciclado em 2023.						



Análise de desempenho

Após a redução observada nos anos pandêmicos (2020 e 2021) vê-se um pequeno acrive no consumo, contudo a meta de 2023 foi atingida, tendo sido reduzido o consumo de resmas em 49% em relação ao ano de 2019 e 47% a menor que a média projetada para 2023.

Ademais, a Justiça Estadual, o maior ramo do Poder Judiciário, apresenta o mesmo cenário de acrive, do TJRJ.

Impende ressaltar que a variação de consumo de 2,0% (2.050 resmas) em relação ao ano de 2022 se deve ainda ao retorno ao trabalho presencial, bem como revisões do perfil de consumo solicitadas por unidades organizacionais, justificadas e aprovadas pela Administração, considerando o Aviso TJ 87/2019.

Algumas unidades organizacionais alegam que, a despeito do processo eletrônico, persiste a necessidade de impressão de determinados documentos, a exemplo de citações decorrentes de execução fiscal, mandados de citações que passaram a ser de atribuição das centrais de mandados etc.

Contribuíram para o resultado as seguintes ações:

- Implementação do processo administrativo eletrônico em 100% das unidades administrativas;
- A virtualização de processos administrativos não concluídos para prosseguimento no ambiente eletrônico;
- PJE totalmente implantado nas competências Cível, Acidente do Trabalho, Empresarial, Fazenda Pública e Juizado Especial Fazendário;
- A implementação do Núcleo 4.0 (Resolução TJ/OE 20/2021) e Juízo 100% digital, cujos processos passaram a ser totalmente eletrônicos, sem a necessidade de trabalho presencial ou espaço físico para a entrega jurisdicional.

O consumo de resmas *per capita*, em 2022, no TJRJ, foi de 4,1 resmas, ao passo que a média da justiça estadual é de 2,6.

Com relação ao gasto, em 2023, a aquisição de papel foi na ordem de R\$2.025.600,49 (vide tabela de indicadores) enquanto as despesas com uso de serviços gráficos, que abrangem impressão de adesivos, banners, cartões de visita, crachás, credenciais, convites, calendários, envelopes, fotografias, folders, jornais informativos, panfletos, papéis timbrados, pastas e outros foram de R\$330.957,23, no mesmo período.



2. COPOS DESCARTÁVEIS

Indicador CNJ	Consumo de copos descartáveis
Unidade de medida	centos
Definição	Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, requisitados pelas unidades.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Manter em 100% a política de não utilização de copos descartáveis.
Meta atingida	SIM
Observação	A meta foi atingida, tendo sido mantida a política de não utilização de copos descartáveis. Como boa prática, foi adotada a substituição de copos descartáveis por copos biodegradáveis em determinadas áreas com filtros instalados destinadas ao público externo.



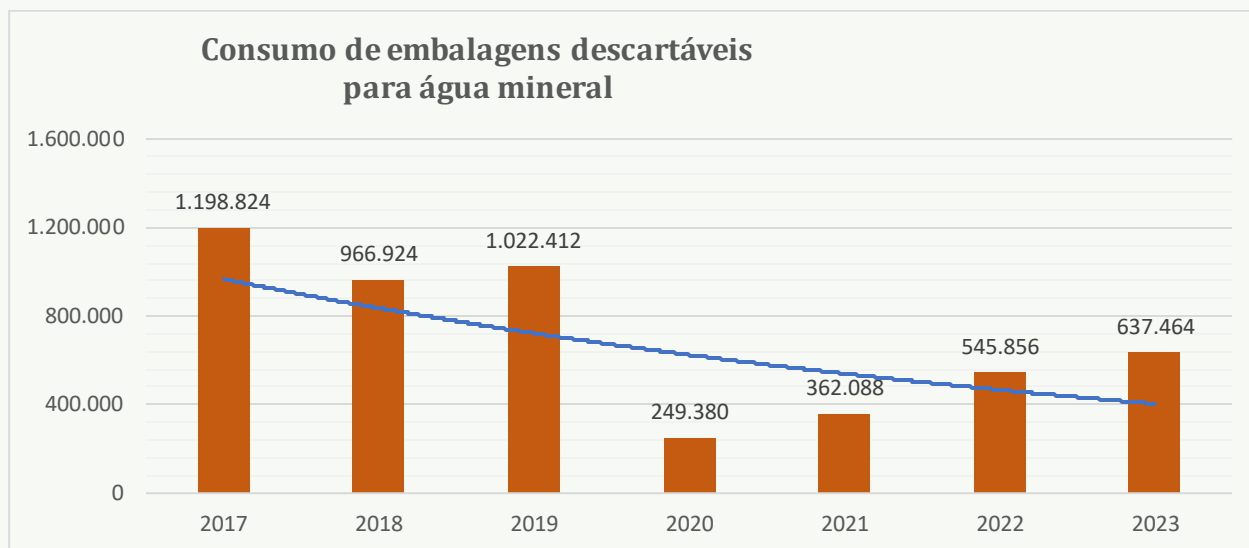
3. ÁGUA MINERAL ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Indicador CNJ	Consumo de embalagens descartáveis para água mineral
Unidade de medida	Unidades
Definição	Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás) requisitada pelas unidades
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Reduzir o consumo de água envasada, embalagens descartáveis em 5% ao ano, até 2023.

Expectativa da evolução da meta do PLS (Total de embalagens)	2021	2022	2023
	971.291	922.726	876.590

Série histórica							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1.127.586	1.198.824	966.924	1.022.412	249.380	362.088	545.856	637.464

Meta atingida	SIM
Observação	O parâmetro adotado para o estabelecimento da meta foi o ano de 2019, conforme Ata de Reunião GT RENABEM nº 01/2021.



Análise de desempenho

A meta prevista para 2023 foi atingida, tendo sido reduzido o consumo de descartáveis em **38%** considerando o parâmetro de 2019.

Cabe ressaltar que a variação de 17% (91.608 unidades) entre 2022 e 2023 ainda está relacionada ao retorno das atividades presenciais. Não obstante, o percentual se encontra **35%** abaixo da média prevista para 2023.

Ocorre que, após os anos pandêmicos, há um retorno ao crescimento da utilização desse produto, no entanto, apesar de não ser mais nos patamares de consumo de anos anteriores, observa-se tal fato com preocupação, já que, em 2022, os números estão próximos da metade dos parâmetros de 2019, e a ultrapassam em 2023.

De acordo com o CNJ, no ano de 2022, o consumo do PJERJ de embalagens de água mineral descartável (aproximadamente 550 mil unidades) representou 16% do consumo de todo o Poder Judiciário (inclui todos os ramos da justiça).

Ademais, tendo em vista que no 7º balanço socioambiental o CNJ apontou o indicador Consumo de água envasada descartável *per capita* (Resolução 400, de 2021 do CNJ - embalagens plásticas descartáveis), para cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS, foi sugerido pelo DESUS/DIGAM, com intuito de contribuir para a redução do consumo e consequente elevação da posição do TJRJ no ranking do Prêmio de qualidade do CNJ, a aquisição de latas de alumínio em substituição as embalagens plásticas.

A proposta de troca de objeto de aquisição também foi fundamentada no fato de que no ano de 2023 a reciclagem de latas atingiu o índice inédito de 100% de embalagens recicladas no Brasil (Processo Sei nº2023.060.76693).

Além do mais, se encontra em fase de finalização a minuta para disciplinar o fornecimento de água envasada para atendimento restrito às unidades que necessitem de apoio logístico em face das peculiaridades das atividades jurisdicionais ou atividades de apoio autorizadas pela Presidência. (Processo 2021-06123752).

Nesse contexto, a despesa com aquisição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis, em 2023, foi na ordem de R\$734.991,10. (Vide tabela de indicadores).

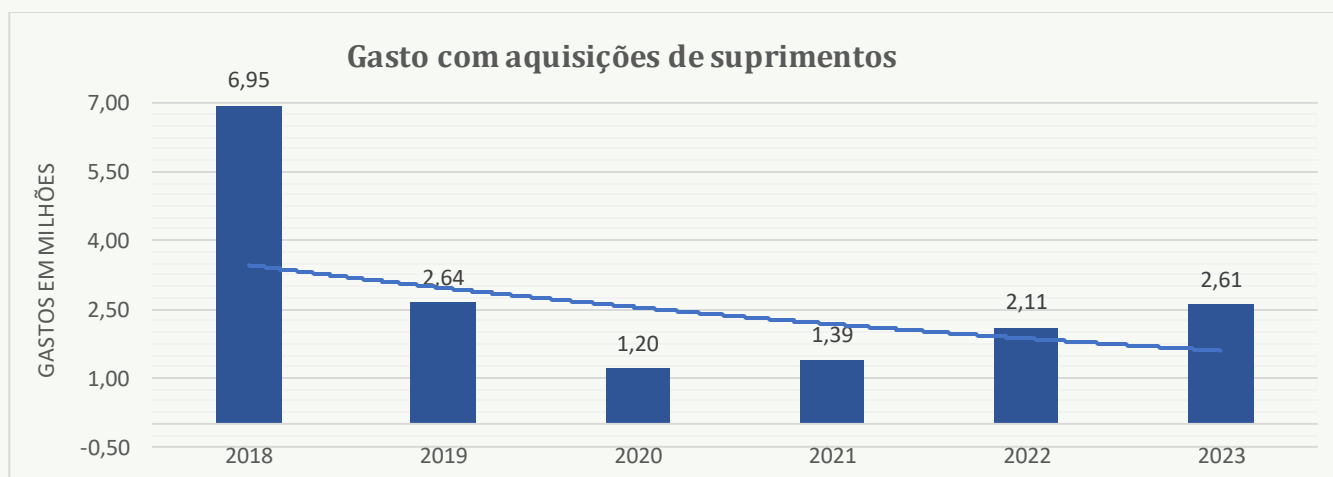


4. IMPRESSÕES

Indicador CNJ	Gasto com aquisições de suprimentos (res.201/2015)
Unidade de medida	Reais
Definição	Despesa com aquisição de suprimentos de impressão
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Reduzir os gastos com impressão em 10% ao ano. <i>Considerada na meta os gastos com suprimentos de impressão, uma vez que o TJ não possui contrato de outsourcing.</i>

Expectativa da evolução da meta do PLS (Gastos)	2021	2022	2023
	R\$ 2.373.959,97	R\$ 2.136.563,98	R\$ 1.922.907,58

Série histórica (R\$)							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
5.109.802,17	N/A	6.951.100,60	2.637.733,31	1.199.931,78	1.394.916,95	2.111.697,99	2.608.258,53
Meta atingida	NÃO						
Observação	O parâmetro utilizado foi o ano de 2019.						



Análise do desempenho

Note-se que o TJRJ possui 7694 impressoras.

Considerando o quantitativo de suprimentos de impressão adquiridos em 2023, a meta não foi atingida.

Ocorre que, após os anos pandêmicos, há uma volta ao crescimento da utilização desse produto, apesar de não ser nos patamares de consumo de anos anteriores, observa-se tal fato com preocupação, já que os números estão próximos do parâmetro de 2019.

Face ao resultado as seguintes boas práticas são sugeridas:

- Realização de campanhas para estimular o consumo consciente do uso do papel;
- Estímulo à utilização da impressão frente e verso;
- Incentivo à visualização da impressão e ajuste das margens para evitar o desperdício,
- Arquivamento eletrônico de documentos.

Destaca-se a iniciativa do Plano de Ação do PLS 2021-2023 para a realização contratação de outsourcing de impressão, por iniciativa da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTEC – unidade demandante).

Foi elaborado o Documento de Oficialização de Demanda (DOD), por meio do processo SEI nº 2023-06039468, para a criação do sistema de outsourcing de impressão, como um projeto-piloto, abrangendo setores administrativos e judiciais. A empresa vencedora da licitação (na modalidade pregão eletrônico) foi a SIMPRESS, estando o feito em fase recursal.

Com relação a destinação ambientalmente correta, foram encaminhados 7.367,52 Kg de suprimentos de impressão para a logística reversa (vide tabela de indicadores).

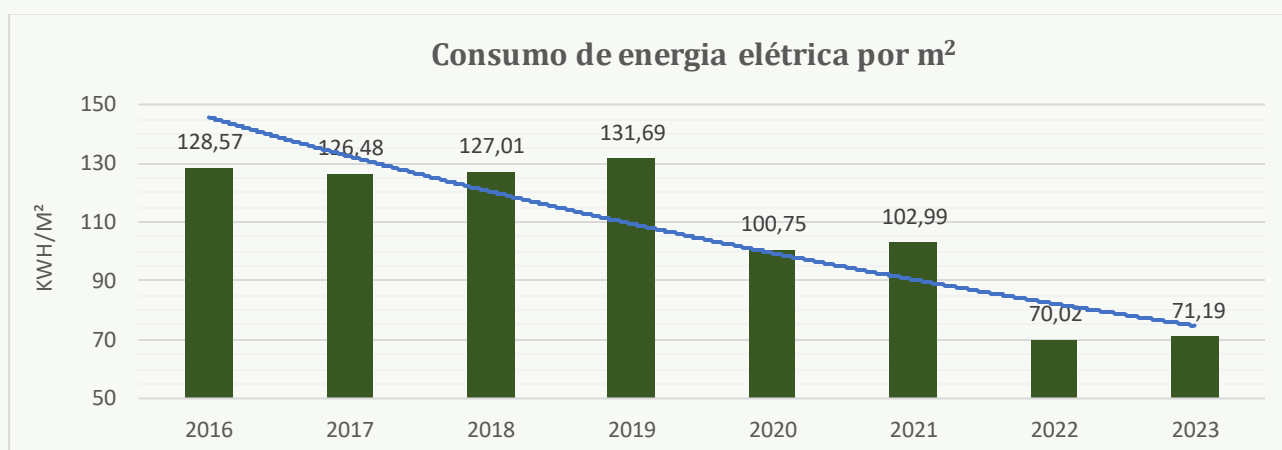


5. ENERGIA ELÉTRICA

Indicador CNJ	Consumo de energia elétrica por m² (consumo relativo)
Unidade de medida	kWh/m ²
Definição	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Reduzir o consumo de energia por m ² em 5% ao ano até 2023. Parâmetro – 2019.

Expectativa da evolução da meta do PLS kWh/m²	2021	2022	2023
	125,10	118,85	112,90

<i>Série histórica (kWh)</i>							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
89.633.776	88.922.626	89.201.232	93.357.169	71.432.254	73.021.987	77.123.250	83.328.527
<i>Área total - m²</i>							
697.175,30	703.082	702.317,40	708.928,16	709.022,46	709.022,46	1.101.398,22	1.170.575,48(*)
<i>kWh/m²</i>							
128,57	126,48	127,01	131,69	100,75	102,99	70,02	71,19
Meta atingida	SIM						
OBSERVAÇÃO	A área passou de construída para total, em 2022 - (*)FONTE: SGLOG						



Análise de desempenho

A meta de 2023 para o PLS foi atingida com a redução de 51% no consumo relativo de energia, comparada ao ano de 2019.

O aumento da área, em 2022, decorre da necessidade de ajuste, considerando que o indicador de área total, incluído na Resolução CNJ 400/2021, abrange não só a área construída (prédios próprios ou não), como também áreas externas, como estacionamentos e jardins.

O indicador de consumo relativo diminuiu para 71,19 kWh/m² no ano de 2023, seguindo o viés de queda do consumo por m² desde 2019.

Contribuíram para o resultado as seguintes ações:

- Em fase de execução dos Projetos de Instalação de Bancos de Capacitores em 21 (vinte e uma) edificações;
- Aquisição de 87.547 (oitenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete) lâmpadas de LED T5 e T8, com 50% do quantitativo já substituído e o restante em fase de substituição;
- Em fase de procedimento licitatório de 40.500 (quarenta mil e quinhentas) lâmpadas de LED T5 e T8;
- Monitoramento em conjunto com o SECER das faturas de energia elétrica, efetuando-se ajustes em caso de discrepância de valores de um mês para o outro;
- Implementação de sistemas fotovoltaicos em diversas edificações em todo o Estado do Rio de Janeiro;

- Aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, objetivando a substituição dos que se encontram obsoletos e elevam o consumo de energia elétrica, sendo já adquiridos, e em substituição paulatina, o quantitativo de 612 (seiscentos e doze) equipamentos;
- Em fase de procedimento licitatório de 2.051 (dois mil e cinquenta e um) equipamentos de ar-condicionado (ACJ e Split);
- Necessidade de adoção dos procedimentos previstos no Ato Executivo nº 97/2022, que dispõe sobre o horário do ligamento e desligamento das CAG – Central de Água Gelada, baseados em estudos de horário de ponta e real necessidade das unidades organizacionais;
- Implementação, já parcial, de automação das CAG – Centrais de Água Gelada;
- Elaboração de Cartilha, indicando melhor uso de equipamentos, horários e seu manuseio;
- Em fase de execução de Projeto de Eficiência Energética, no Fórum de Niterói, através de Convênio, realizado por Chamamento Público com a ENEL
- Contratação do Centro de Estudos e Meio Ambiente Industrial (CEMAI), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (processo nº 2023-06046930).

Infelizmente, o TJRJ foi destacado negativamente no 7º balanço Socioambiental do CNJ:

“É preciso ainda verificar o que vem ocorrendo com o consumo de energia elétrica com tribunais que superam em mais que o dobro da média nacional, como são os casos do TJPI e TJRJ, com 71 e 70 por área total, respectivamente”

Espera-se que a médio prazo esse indicador apresente reduções, considerando a ampliação do uso de fontes de energia alternativa e as iniciativas propostas acima, especialmente a contratação do CEMAI para realização de estudo de redução de consumo de água e energia elétrica.

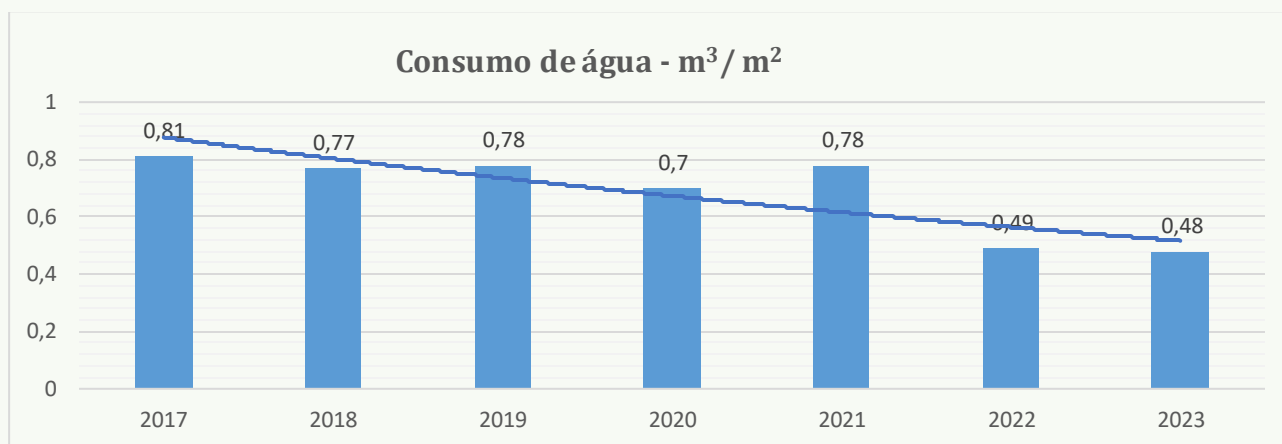


6 ÁGUA E ESGOTO

Indicador CNJ	Consumo de água por m²
Unidade de medida	m ³ /m ²
Definição	Consumo total de água fornecida pela concessionária em relação à área total do órgão.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística
Meta PLS	Reduzir o consumo de água por m ² de 2019 em 5% ao ano, até 2023.

Expectativa da evolução da meta do PLS	2021	2022	2023
m ³ /m ²	0,74	0,70	0,67

<i>Série histórica</i>							
<i>Consumo total - m³</i>							
<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2021</i>	<i>2022</i>	<i>2023</i>
583.369	570.895	538.044	556.134	496.759	554.325	543.569	557.824
<i>Área total - m²</i>							
697.175,30	703.082	702.317,40	708.928,16	709.022,46	709.022,46	1.101.398,22	1.170.575,48 (*)
<i>m³/m²</i>							
0,84	0,81	0,77	0,78	0,70	0,78	0,49	0,44
Meta atingida	SIM						
OBSERVAÇÃO	A área passou de construída para total, em 2022 (*) FONTE: SGLOG						



Análise de desempenho

A meta de foi atingida com a redução de 43,6% no consumo relativo de água, comparada ao ano de 2019.

O aumento da área, em 2022, decorre da necessidade de ajuste, considerando que o indicador de área total, incluído na Resolução CNJ 400/2021, abrange não só a área construída (prédios próprios ou não), como também áreas externas, como estacionamentos e jardins.

O consumo em m³ reduziu em 8% no comparativo entre o ano de 2021 e o ano de 2023.

O indicador de consumo relativo diminuiu para 0,44 m³/m² no fim do período, o que corresponde a uma redução de consumo de 34,3% acima da meta estabelecida para o período de 2019 a 2023.

Foi observado um aumento de 6,2% no consumo relativo em relação a 2022, apesar de a maioria das unidades consumidoras terem apresentado diminuição no consumo.

Destaca-se a redução de 42% do consumo do arquivo judiciário, em função da utilização do sistema de energia solar fotovoltaica.

Contribuíram para o resultado as seguintes ações:

- Instalação de torneira com temporizadores, parcialmente adotada;
- Substituição das descargas obsoletas, parcialmente adotada;
- Monitoramento constante dos pontos de vazamento de água e sua regularização;
- Utilização de água de reuso, com manutenção dos seus pontos de entrada e saída.

- Realização de vistoria cadastral e de consumo elevado pela empresa Águas do Rio (processo nº 2023-06065800)

Com relação aos gastos com água e esgoto, cabe inicialmente esclarecer que, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), a conta de água diz respeito à cobrança pelos serviços de coleta, tratamento e distribuição de água e de esgoto e não é regulada pela agência, e sim pelas instituições reguladoras de saneamento.

Ademais, infelizmente, o TJRJ foi destaque negativamente no 7 balanço Socioambiental do CNJ:

“Alguns tribunais que consomem grandes quantidades, acima do dobro da média nacional, são: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (0,60), Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (0,56), Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (0,56) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (0,49).”

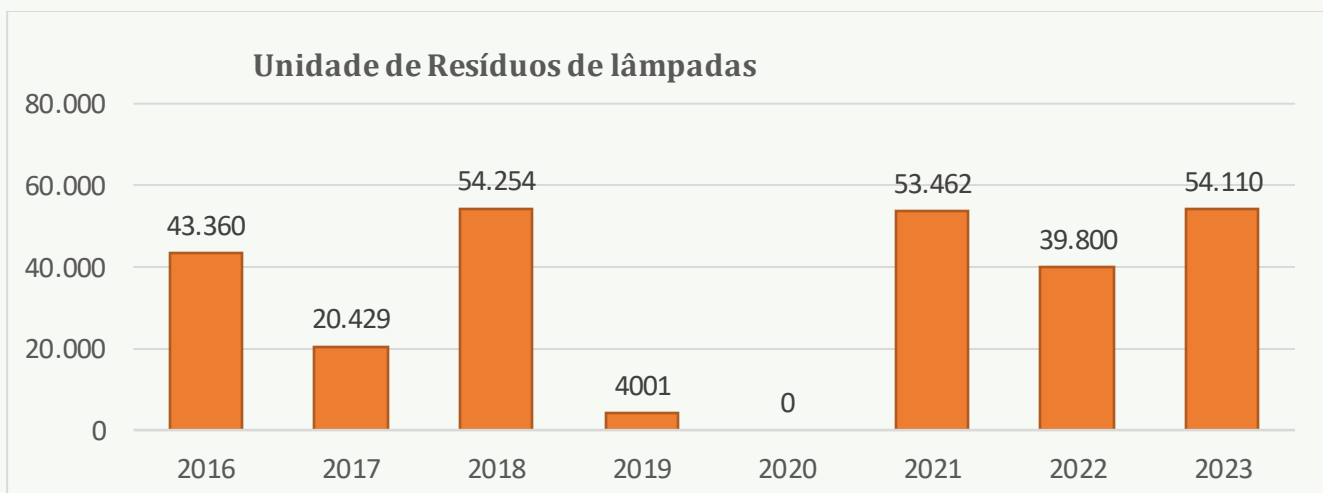
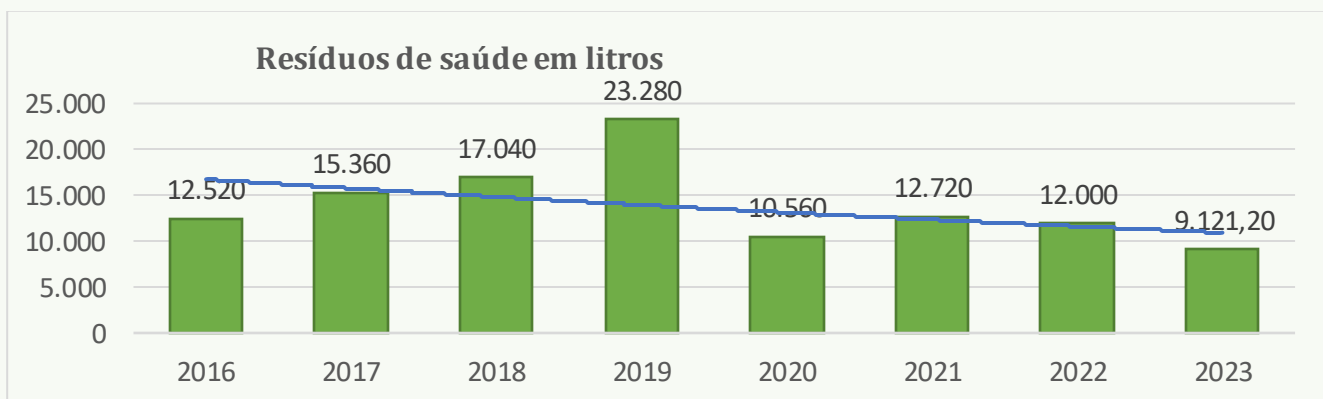
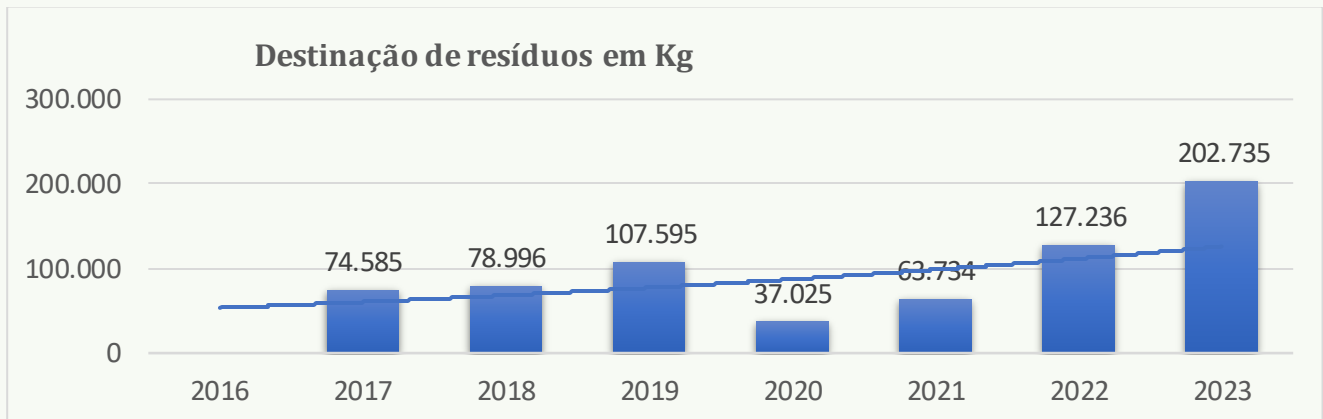
Espera-se que a médio prazo esse indicador apresente reduções, considerando as iniciativas propostas acima, especialmente a contratação do CEMAI para realização de estudo de redução de consumo de água e energia elétrica.

7. GESTÃO DE RESÍDUOS



Indicador CNJ	Destinação de resíduos (ver definição abaixo)						
Unidade de medida	Kg, unidades, litros						
Definição	O objetivo deste indicador é estimular a redução da geração de resíduos e aumentar sua destinação ambientalmente correta, bem como estimular a economia circular por meio da logística reversa, quando for o caso. São considerados os indicadores referentes à resíduos de plástico, vidro, metal, papel, coleta geral, lâmpadas, eletroeletrônicos, suprimentos de impressão, pilhas e baterias, obras e reformas e de saúde. (Res. CNJ 400/2021).						
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística						
Meta PLS	Destinar corretamente 90% dos tipos de resíduos.						
Série histórica							
Resíduos em kg destinados a reciclagem							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
N/A	74.585	78.996	107.595	37.025	63.734	127.236	202.735
Resíduos de saúde (litros)							
12.520	15.360	17.040	23.280	10.560	12.720	12.000	9.121,20
Resíduos de lâmpadas (unidades)							
43.360	20.429	54.254	4001	0	53.462	39.800	54.110
Meta atingida	SIM						

Observação	A Resolução CNJ 400/2021 alterou a unidade de medida do indicador “destinação dos resíduos de saúde”, de quilogramas para litros. Não obstante, esse item é informado pela área responsável em m ³ , tendo sido necessário efetuar a conversão de m ³ para litros.
-------------------	--



Análise de desempenho

A meta de destinação de resíduos foi atingida, com aumento significativo no volume de itens descartados por meio de cooperativas que atendem o Complexo do Fórum Central, 12º e 13º Núcleos Regionais, bem como os itens de logística reversa previstos em editais e termos de referência.

Note-se que não se trata de aumento da geração dos resíduos e sim da sua correta destinação.

Em 2023, foi realizada a revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), do TJRJ, o qual encontra-se disponibilizado na página de gestão ambiental do site do PJERJ.

Destaca-se a implementação do Ato Executivo 130/2022, que dispõe sobre a ampliação de coleta seletiva nas comarcas do interior do estado, em atendimento à Lei nº 12.305/2010.

No site do TJRJ, está disponível o Manual de Operacionalização da Coleta Seletiva, e os Síndicos Regionais das comarcas onde as coletas já estão autorizadas pela Administração foram capacitados para a função.

Ha diversos ecopontos nas dependências do TJRJ para a coleta de tampinhas plásticas, cartões plásticos e outros resíduos recicláveis. Nessa esteira, importante destacar a parceria desta Secretaria com o Instituto Soul Ambiental, que recolhe as tampinhas plásticas e, a cada 400kg, promove a doação de uma cadeira de rodas para o Instituto Nacional do Câncer (INCA).

As campanhas de coletas supramencionadas, de iniciativa da SGSUS, foram responsáveis por recolher e destinar corretamente, aproximadamente, uma tonelada de resíduos, em 2023.

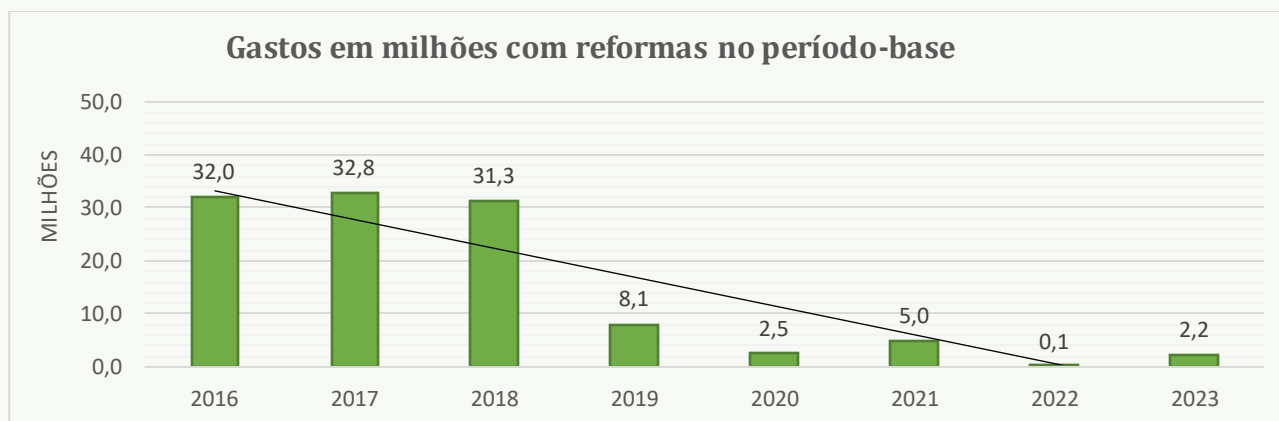
Contribuíram, ainda, para o resultado as seguintes ações:

- Convênio de Cooperação Técnica entre o TJ e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
- Resíduos de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento com exigência de manifesto de transporte de resíduos.
- Descarte de lâmpadas e cabos elétricos, por meio de empresas especializadas, que observam as normas técnicas, inclusive com emissão de Manifestos;
- Descarte adequado de resíduos sólidos, em observância ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tais como entulhos de obras, plásticos, metais e outros;
- Descarte de óleos, lubrificantes e fluidos refrigerantes, que são removidos e encaminhados para receberem o tratamento adequado, geralmente utilizados na manutenção de equipamentos de mecânica, como ar-condicionado, evitando-se acidentes e impactos na contaminação do solo, da água e do ar;
- Demais materiais não reutilizáveis e que não exigem norma específica para rejeito e tratamento são retirados pela ABATERJ, revertendo-se eventuais ganhos com a venda e ou troca dos materiais, como cobre, em benefício dos assistidos por essa entidade (Exemplo: carcaça de chiller, aparelhos de ar-condicionado ACJ e Splits, equipamentos da linha branca, como geladeiras e frigobares).



8. OBRAS E REFORMAS

Indicador CNJ	Gastos com reformas no período-base							
Unidade de medida	Reais							
Definição	Corresponde à despesa realizada com reformas ou mudanças de leiaute durante o período-base. Devem ser considerados: materiais de construção utilizados, mão de obra, pintura, fiação elétrica e de rede, divisórias, mobiliário. (Não inclui despesas com prédios novos, em 2023)							
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Logística							
Série histórica - reformas (R\$)								
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	31.975.298,85	32.802.831,62	31.250.810,18	8.055.083,00	2.467.652,93	4.971.835,02	92.759,07	2.223.753,66
Meta PLS	Não se aplica.							
Observação	A Resolução CNJ 400/2021 incluiu o indicador de “Gastos com construção de prédios novos no período-base”, separando, obras e reformas (manutenção e layout, em geral) de construções novas.							



Análise de desempenho

As obras e reformas são planejadas e aprovadas pela alta administração consoante às demandas existentes e às prioridades definidas pela gestão vigente, motivo pelo qual não há meta do PLS atrelada ao referido indicador.

Os projetos básicos de edificação de novos fóruns e de reforma dos prédios existentes devem incluir itens obrigatórios de critérios técnicos de eficiência energética, canteiros de obras com baixo impacto ambiental, controle adequado de resíduos e bicicletário, além de critérios de contratações sustentáveis.

Destaca-se a iniciativa para ampliação do número de bicicletários, de forma a promover a qualidade de vida, com aumento de 10% do que se já tem atualmente, tendo sido realizada licitação (processo 2022-06064505) para a aquisição de 50 novos bicicletários.

Com relação aos resíduos de obras, foram destinados corretamente 880 m³ (157.500kg) de entulho (vide tabela de indicadores).



9 - LIMPEZA

Indicador CNJ	Gasto com material de limpeza		
Unidade de medida	Reais		
Definição	Despesa total realizada com a aquisição de materiais de limpeza durante o período-base. Consideram-se como material de limpeza todos os insumos adquiridos com finalidade de limpeza e conservação do órgão.		
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de logística		
Meta PLS	Reduzir em 5% os gastos com material de limpeza		
Expectativa de evolução da meta do PLS	2021	2022	2023
	R\$ 5.819.360,00	R\$ 5.720.430,90	R\$ 5.624.488,30

Série histórica (R\$)							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
6.832.827,73	6.712.719,00	6.808.109,00	5.920.514,00	5.898.214,38	5.746.891,16	6.039.980,97	6.461.318,70
Meta atingida	NÃO						



Análise de desempenho

A meta não foi atingida. Houve 9% de aumento em relação ao ano de 2019, e 7% de incremento em relação ao ano de 2022.

Os gastos aumentaram 15% em relação à meta prevista para 2023. Tal fato se justifica em razão da alta de preços de fornecedores, de acordo com o IPCA.

O cenário é de aclave. Ocorre que, após os anos pandêmicos, há um retorno ao crescimento da utilização desse produto, observa-se tal fato com preocupação, já que os números estão maiores que o parâmetro de 2019.

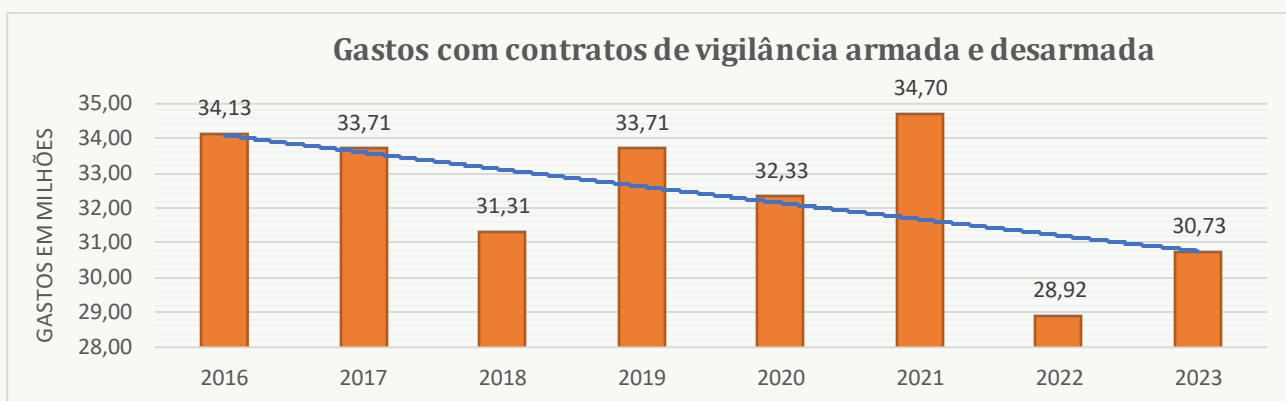
Dentre as atividades previstas no plano de ação, destaca-se a realização de pesquisa de mercado para aquisição de materiais biodegradáveis de menor custo.



10. VIGILÂNCIA

Indicador CNJ	Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada
Unidade de medida	Reais
Definição	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância durante o período-base, englobando todos os gastos, tais como despesas com vigilância armada, vigilância desarmada, supervisor e encarregado, pagamento de auxílios e repactuação, inclusive custos indiretos. Considerar o custo com armas e coletes balísticos.
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Segurança Institucional
Meta PLS	Conclusão dos estudos relativos ao cumprimento da Resolução 291/19 do CNJ sem aumento de despesas até 2023.

Série histórica (R\$)							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
34.130.321,02	33.713.118,99	31.306.639,05	33.713.118,99	32.334.746,91	34.698.980,34	28.916.859,09	30.731.242,17
Meta atingida	Não se aplica						



Análise do desempenho

Note-se a mudança na metodologia de cálculo da Resolução CNJ n. 400/2021 em relação à Resolução CNJ n. 201/2015, pois até 2019 a medição tomava por base o número de postos de trabalho e, a partir de 2020, o glossário passou a trazer o número de pessoas contratadas, o que pode provocar diferenças, pois um mesmo posto de trabalho pode ser ocupado por mais de uma pessoa, com revezamento em turnos.

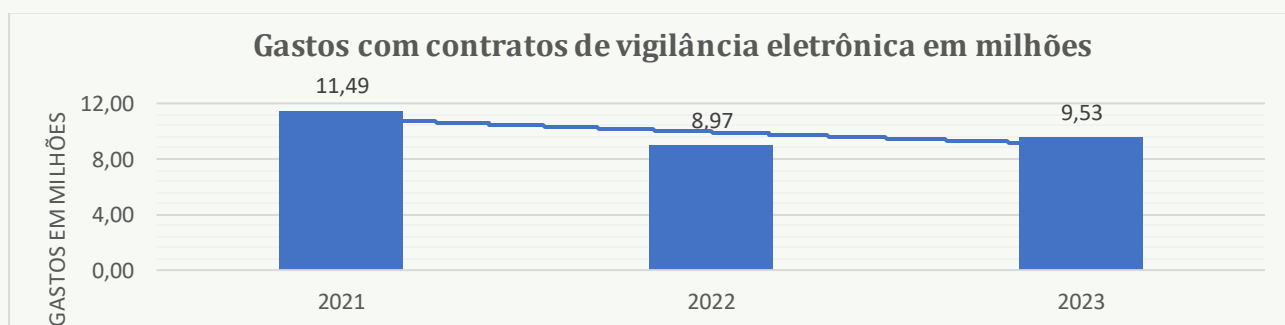
Em 2023, havia 625 pessoas contratadas sendo que, no TJRJ, não há vigilância armada.

Apesar de não haver meta prevista para esse indicador do CNJ, porquanto se trata de um indicador de monitoramento dos gastos com contratos de vigilância, vê-se que houve diminuição de 9% em relação à 2019.

Destaca-se a iniciativa constante no plano de ação do PLS de buscar alternativas de manutenção dos gastos com segurança, mesmo com a implementação de novos controles de acesso, mediante a análise de contratos visando à manutenção ou redução de custos, sem reduzir o investimento da instituição em segurança, limitando os gastos aos reajustes legais.

Os valores da série histórica não compreendem a vigilância eletrônica, que está apresentada separadamente abaixo por se tratar de indicador incluído na Resolução CNJ nº 400/2021:

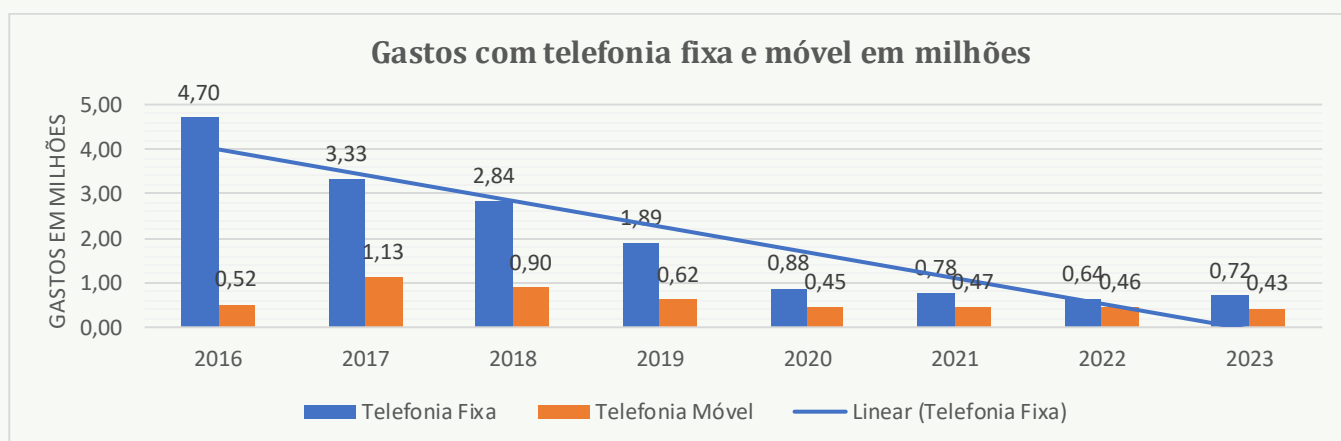
Gve - Gastos com contratos de vigilância eletrônica	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	R\$ 11.493.275,70	R\$ 8.967.499,92	R\$9.530.164,08
---	----------------	----------------	-------------------	------------------	-----------------





11. TELEFONIA

Indicador CNJ	Gasto com telefonia fixa e Gasto com telefonia móvel							
Unidade de medida	Reais							
Definição	<p>Telefonia fixa - despesa realizada com serviços de telefonia fixa, inclusive tecnologia VoIP. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)</p> <p>Telefonia móvel - despesa realizada com pagamento das faturas de telefonia móvel e reembolsos/ressarcimentos. São contabilizados gastos com voz, dados e assinatura. Considera-se evento gerador o mês de competência (ao qual a fatura corresponde)</p>							
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Segurança Institucional							
Meta PLS	Reduzir os gastos com telefonia fixa e móvel em até 10%, mantendo a iniciativa proposta.							
Série histórica	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Linhas fixas (R\$)	4.702.890,00	3.331.800,00	2.836.562,00	1.889.922,29	877.366,00	784.395,15	644.117,87	776.859,79
Linhas móveis (R\$)	522.809,00	1.129.861,00	896.198,00	622.593,00	451.200,00	470.196,20	461.130,73	469.599,11
Meta atingida	Linhas fixas – sim Linhas móveis – sim							



Análise do desempenho

A meta dos gastos com telefonia fixa foi atingida.

Cabe ressaltar que ao final de 2019 foi realizada adesão à ata de registro de preços do Ministério do Planejamento, referente às linhas do Rio e Grande Rio, com prorrogação até 2023, o que reduziu em 60% o custo do contrato de 2019 para 2020.

Comparando o ano de 2023 ao ano de 2019, a redução dos gastos com telefonia fixa foi de 62%. No entanto, houve um aumento de 12,5% no ano de 2023, se comparado ao ano de 2022.

Em relação às linhas móveis, houve a redução de 31% de 2019 para 2023. Já quanto ao percentual de gastos entre 2022 e 2023, a diminuição foi de 6,5%, valendo observar que a meta é de manutenção ou redução dos custos, sem prejuízo da demanda de serviços prestados, não obstante os reajustes legais.

Durante a pandemia foi utilizado o desvio das ligações do fixo para o celular.

Ao longo da série histórica, vê-se que as despesas estão diminuindo, visto que o uso de outros equipamentos/instrumentos/mecanismos digitais e por internet estão sendo utilizados para receber e enviar mensagens.

O TJRJ possui 3152 linhas fixas, 1024 linhas móveis e 13.160 ramais.



12. VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS

Indicador CNJ	Gasto com combustível
Unidade de medida	Real
Definição	Gasto com combustível para abastecimento de veículos movidos à gasolina, etanol, diesel, Gás Natural Veicular (GNV), hidrogênio e outros.
Unidade responsável pelos dados	SGLOG – DETRA
Meta PLS	Reduzir em 2% ao ano o gasto com combustível e veículos a partir da renovação da frota de veículos

Expectativa de evolução da meta PLS (R\$)	2021	2022	2023
	5.831.006,20	5.714.386,07	5.600.098,35

Série histórica	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Combustível (R\$)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5.203.313,41	5.782.381,25	5.130.219,14
Meta atingida	SIM							

Observação	Não deve ser computado o consumo de combustível quando utilizado para funcionamento de máquinas (ex: geradores)
-------------------	---



Análise de desempenho

Indicador criado pela Resolução 400/2021, motivo pelo qual não se aplica a série histórica.

Em 2023, a meta não só foi atingida como apresentou o menor valor da série histórica.

A quantidade de veículos no TJRJ é de 755, sendo 565 de serviço e 190 de magistrados.

O quantitativo de veículos movidos à gasolina, etanol e flex é 706, ao passo que 40 consomem diesel.

O gasto com manutenção de veículos pelo PJERJ, em 2023, foi de R\$ 3.777.062,59.

13. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Indicador CNJ	Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base		
Unidade de medida	Nº número de contratos celebrados com critério de sustentabilidade		
Definição	quantidade de contratos celebrados no período-base com inclusão no Termo de Referência ou Projeto Básico - de critério de sustentabilidade		
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Contratos e Licitações		
Meta PLS	Aumentar 2% ao ano, aproximadamente, a quantidade de bens com requisitos sustentáveis que integram o Guia Verde		

Expectativa de evolução da meta PLS (guia verde)	2021	2022	2023
	860	878	895

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Série histórica	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	858	876	938
Meta atingida	SIM							
Observação	Indicador novo, criado pela Res. CNJ 400/2021.							



Análise de desempenho

Indicador criado pela Resolução 400/2021, motivo pelo qual não se aplica a série histórica.

Em 2023, dos 207 contratos realizados, 132 (64%) foram celebrados com critérios sustentáveis em seus respectivos projetos básicos ou termos de referência, ao passo que em 2022 o percentual era de 55%.

Quanto ao Guia Verde, houve aumento de 7% de 2022 para 2023, alcançando 938 itens, o que representou acréscimo de 5% na projeção para 2023.

No plano de ações já consta a previsão para inserir critérios de sustentabilidade nos editais e termos de referência, especialmente no tocante à gestão de resíduos.

Desde a criação do indicador foi a primeira vez que a meta foi alcançada, sendo certo que a média dos Tribunais Estaduais (38%) está abaixo do desempenho do PJERJ nesse indicador.

Cabe lembrar que a nova Lei de Licitações n. 14.133/2021, que já é de aplicação obrigatória desde abril de 2023, traz entre os objetivos do processo licitatório o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

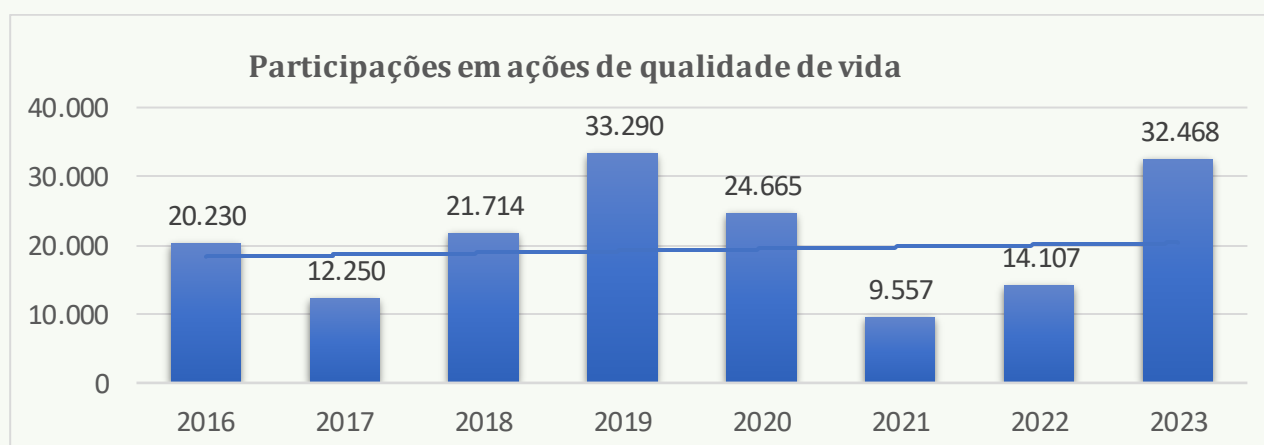


14. QUALIDADE DE VIDA

Indicador CNJ	Participações em ações de qualidade de vida
Unidade de medida	número de participantes
Definição	Quantidade de participações da força de trabalho total em ações de qualidade de vida no trabalho
Unidade responsável pelos dados	Secretaria Geral de Pessoas/ Departamento de Saúde e unidades envolvidas com o tema.
Meta PLS	Ampliar em 10% ao ano a participação nas ações de qualidade de vida no trabalho.

Evolução da meta PLS	2021	2022	2023
	27.131	29.844	32.389

Série histórica							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
20.230	12.250	21.714	33.290	24.665	9.557	14.107	32.468
Meta atingida	SIM						



Análise de desempenho

As ações de qualidade de vida no trabalho visam à motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores.

A meta foi atingida tendo em vista o ano base de 2020.

Na contabilização do indicador, são aferidas as diversas participações de uma mesma pessoa em ações diferentes ao longo do período-base.

A partir de 2019, as participações passam a alcançar patamares mais elevados em razão das possibilidades de ações em modalidade remota e em eventos que são transmitidos por plataformas como o Teams. Em 2023, foram proporcionadas ações na modalidade EAD – Ensino à Distância ou por meio de palestras e seminários nas redes sociais.

No ano de 2023, foram promovidas 78 ações de Qualidade de Vida pelo PJERJ.

Nesta gestão, foi criado o projeto da “Sala de Apoio à Amamentação”, (processo SEI nº 2023-06062722) A iniciativa da SGSUS/DESUS/DIGAM visa disponibilizar um espaço seguro e acolhedor para que as lactantes (servidoras e colaboradoras que retornam da licença maternidade) possam extrair e armazenar o leite durante o expediente funcional em condições adequadas de higiene e sanitização, ampliando o período de amamentação e gerando os comprovados benefícios para a saúde dos bebês e suas mães, uma vez que, segundo a OMS, a amamentação deve ser prolongada, pelo menos, até aos dois anos de idade. O leite materno excedente é doado para unidades neonatal da Rede Pública hospitalar.

Outra inovação foi o projeto “Dança na Justiça”, uma iniciativa da SGSUS com o apoio do Museu da Justiça e da Escola de Administração Judiciária. O projeto tem como foco principal oferecer qualidade de vida e promoção de saúde através de workshops de dança da cultura black.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações promovidas pelo Departamento de Saúde:

- ✓ Palestras de combate ao alcoolismo e tabagismo;
- ✓ Adesão às campanhas de prevenção de doenças, como o Setembro Amarelo, Outubro Rosa, novembro Azul, Psoríase, esclerose lateral amiotrófica, alergia, colesterol, diabetes;
- ✓ Palestras de atenção à saúde mental;
- ✓ Palestras de atenção à pessoa idosa e ao envelhecimento saudável;
- ✓ Cursos de ergonomia;
- ✓ Exame médico periódico;
- ✓ Palestra de informação sobre a vacinação;
- ✓ Campanha de vacinação contra a gripe;
- ✓ Curso de gestão humanizada de gabinete e pessoas para os juízes vitaliciandos.

Com relação as ações solidárias que visam promover a prática da solidariedade entre os colaboradores, em 2023, foram realizadas 16 ações com os seguintes destaques:

- A Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), em parceria com a SGSUS, realizou uma campanha no Fórum da Capital, para a doação de produtos de necessidade básica para os animais entre os dias 27 e 30/06 e nos dias 12 a 14 de dezembro. Foram adotados 03 cachorros e 04 gatos, arrecadados: 46Kg de ração, 1 casa de transporte, 10 potes de comida, remédios diversos.
- Campanha para obtenção de brinquedos novos, realizada no mês de dezembro, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde. Todos os brinquedos arrecadados são distribuídos para

crianças/adolescentes internados nas unidades de saúde, em tratamento do câncer. Foram arrecadados e distribuídos 430 brinquedos.

- Em comemoração ao movimento internacional de conscientização para o controle do câncer de mama, em parceria com a Caixa de Assistência da Advocacia do Estado do Rio de Janeiro (Caarj) e com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi realizada a campanha de coleta de mechas de cabelo, lenços, turbantes. Foram obtidos 47 mechas, 79 Lenços e 1 chapéu.

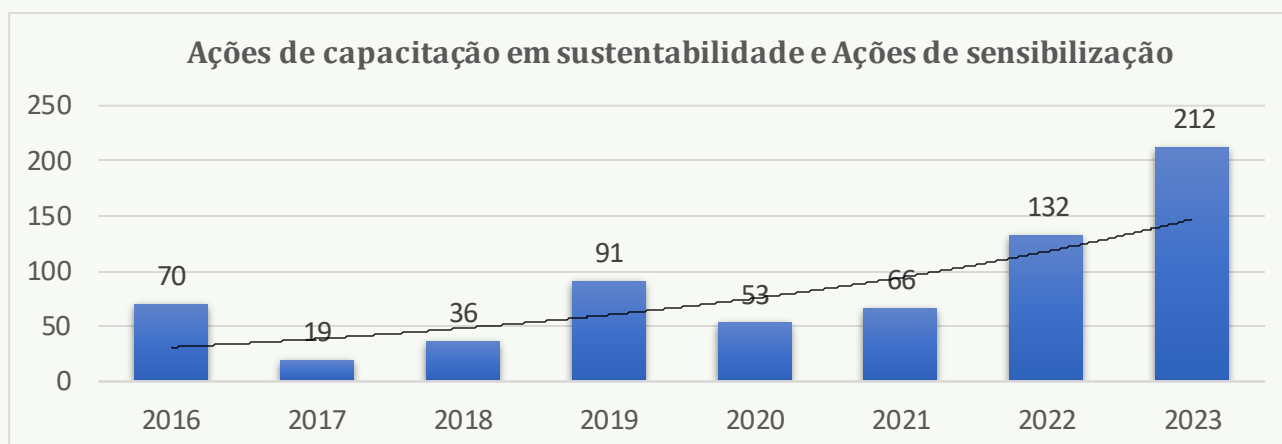


15. CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Indicador CNJ	Ações de capacitação em sustentabilidade Ações de sensibilização
Unidade de medida	Número de ações
Definição	Ações de Capacitação: Quantidade de ações de capacitação relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias. São considerados eventos de capacitação: Curso, Oficina, Palestra, Seminário, Fórum, Congresso, Semana, Jornada, Convenção, Colóquio, entre outros. Ações de sensibilização: quantidade de ações de sensibilização relacionadas à sustentabilidade organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parcerias.
Unidade responsável pelos dados	Escola de Administração Judiciária - ESAJ, SGSUS e demais unidades envolvidas com o tema.
Meta PLS	Aumentar as ações de capacitação e sensibilização em 10% ao ano até 2023.
Observação	Na Resolução 201/2015 o indicador de ações de capacitação considerava as ações de sensibilização. A partir do advento da Resolução CNJ 400/2021, os indicadores foram separados. No entanto, para fins de atendimento à meta do PLS-TJ e análise da série histórica os indicadores de capacitação e sensibilização foram computados juntos nesse exercício.

Evolução da meta PLS	2021	2022	2023
	58	64	71

Série histórica								
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
70	19	36	91	53	66	132	212	
Meta atingida	SIM							



Análise de desempenho

As ações de capacitação socioambiental são essenciais para o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional que visa estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, equidade e diversidade no âmbito da instituição, bem como a reflexão para que as pessoas possam atuar como agentes transformadores em sociedade.

É por meio dessa prática que os órgãos podem melhorar os indicadores e as metas propostas no Plano de Logística Sustentável.

Foram realizadas 132 ações de sensibilização e 80 ações de capacitação, com alcance de 19.549 colaboradores e que corresponde a um aumento de 61% no indicador em relação ao ano de 2022, tendo em vista a realização de ações de capacitação socioambiental virtuais.

Destacam-se as seguintes atividades:

Cursos e Palestras promovidas pela ESAJ

- Capacitação e atualização em Direito Ambiental;
- Noções de Gestão Ambiental;
- Coleta seletiva solidária e responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- Diálogos sustentáveis entre o ontem e o amanhã do Direito Ambiental;
- Palestras nas áreas de equidade e diversidade realizadas pelo Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN) e pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM).

Palestras promovidas pela COSUS/SGSUS/DESUS/DIGAM

- 22/03/2023 – Dia Mundial da Água – Palestra “Sustentabilidade e as Políticas de Intervenção para enfrentar o Desafio da Poluição do Mar” com a Bióloga Natalia de Miranda Grilli, com 85 participantes.
- 18/04/2023 - Participação do workshop da Rede Oceano limpo com produção de recomendação para estratégia estadual de enfrentamento ao lixo no mar.
- 17/05/2023 – Palestra “A importância da reciclagem na redução do uso dos recursos naturais”, com 85 participantes.

- Debate sobre “Justiça Climática” em celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizada em 05/06/2023, no Museu da Justiça;
- 13/06/2023 – Seminário: “Judiciário e Sustentabilidade”, com 78 participantes;
- 14/06/2023 – Encontro da Rede A3P no TJRJ com representantes do Ministério do Meio Ambiente e o Coordenador da rede, Sr. Pablo Saldo;
- 22/06/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: aplicações e desafios” - Dra. Gabriella Amorim, com 24 participantes presenciais;
- 31/08/2023 – Palestra “13 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - o Plano de Gerenciamento de Resíduos do TJRJ” – Palestrante: Prof. Fernando Altino, com 50 participantes;
- 29/09/2023 – Palestra “Inteligência Artificial e Sustentabilidade: Aplicações e Desafios” – Palestrante: Dra. Gabriella Amorim, com 500 participantes;
- 11/10/2023 – Palestra “Consumo Consciente – Alternativas Sustentáveis” – Palestrante: Des. Aposentada Eunice Caldas, com 492 participantes;
- 24/11/2023 novembro – Palestra “Amamentação Sustentável”- Dra. Abilene do Nascimento Gouvêa, com 102 participantes;
- 23/11/2023 - Palestra “Sustentabilidade Financeira” - Palestrante: Yuri Fernandes da Cruz, com 121 participantes;
- 30/11/2023 – Seminário “Altruísmo Eficaz e Sustentabilidade: enfrentando os problemas da humanidade” - Palestrantes: Pedro Araujo, Juana Maria Martinez, Thiago Gomes Marcílio, Bruno Sterenberg, Ana Carolina Rossetini, Leo Arruda, com 173 participantes.

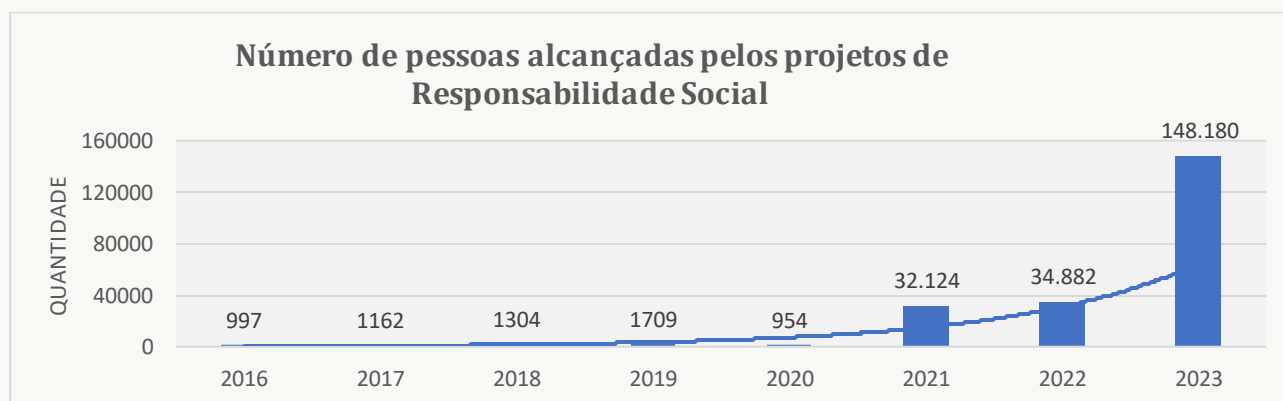
Ações de Sensibilização

- Calendário de atividades no Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Exposições sustentáveis: “Arte e sustentabilidade” do Artista Marcos Lanzieiro”, em parceria com Museu da Justiça (660 visitantes);
- Exposição “Animais Marinhos – combate à poluição no mar”, do artista André Rongo (1569 participantes).
- Plantio de muda nativa da Mata Atlântica pelo Exmo. Presidente do TJ Des. Ricardo Rodrigues Cardozo em 16/03/2023, em comemoração ao dia “Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas”
- Campanha de recolhimento de tampinhas (400 kg) para reciclagem para reverter em cadeira de rodas doada para o INCA (doação de uma cadeira, em outubro de 2023);
- Matérias e informativos regulares, de cunho ambiental, no sítio eletrônico e nas redes sociais do TJRJ.
- Iluminação do prédio do Museu da Justiça com a cor verde em homenagem ao Dia do Meio Ambiente.
- Inclusão do painel de indicadores do CNJ no site do TJRJ;
- Plantio de 10 mudas no 5ºNUR em homenagem ao Dia da Árvore;
- Campanha “Menos é Mais”;
- Campanha de coleta de cartões plásticos para descarte correto: “Papa Cartão” (4mil cartões= 20kg em 2023);
- Doação de 200 mudas da mata atlântica, em atenção ao Dia do Meio Ambiente;
- Campanha de coleta de lacres para reverter em cadeira de rodas a ser doada ao Hospital Fernandez Figueira.

16. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Indicador CNJ	Não se aplica
Indicador	Número de pessoas alcançadas pelos projetos de Responsabilidade Social
Unidade de medida	Número de pessoas alcançadas
Definição	O eixo Responsabilidade social tem o objetivo de beneficiar os segmentos da sociedade que vivem em situação de vulnerabilidade.
Unidade responsável pelos dados	SGSUS / Unidades vinculadas aos projetos
Meta PLS	Ampliar o número de pessoas contempladas pelos projetos.
Observação	<p>Projetos contemplados em 2023: Projeto Jovens Mensageiros Projeto Justiça Pelos Jovens Projeto Começar de Novo Projeto Inclusão Legal Projeto Bem-me-Quer Projeto Uni-Duni-Tê Serviços da Justiça Itinerante Serviços de Perícia Genética e Perícia Judicial</p> <p>O indicador teve grande crescimento devido a inclusão dos serviços da Justiça Itinerante e das Perícias na medição.</p>

Série histórica (R\$)							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
997	1162	1304	1709	954	32.124	34.882	148.120
Meta parcial atingida	SIM						



Análise de desempenho

A meta proposta foi atingida com a inclusão de novos projetos sociais e a inclusão dos serviços da Justiça Itinerante, cujas iniciativas visam estimular a integração do TJRJ com a sociedade e facilitar o acesso à justiça.

Observa-se que foram utilizados os dados constantes no RIGER para compor a série histórica.

No ano de 2023, foram atendidas 126.839 pessoas por meio das ações da Justiça Itinerante.

CONCLUSÃO

O presente relatório buscou apresentar um panorama das principais ações socioambientais desenvolvidas pelo TJRJ demonstrando os esforços implementados no intuito de contribuir para à instituição de um novo paradigma na promoção do desenvolvimento sustentável.

Pôde-se verificar o empenho deste Tribunal em desenvolver práticas de gestão voltadas ao equilíbrio entre as ações humanas e o meio ambiente e o seu compromisso com a responsabilidade socioambiental.

O resultado dessa dedicação aparece nas campanhas promovidas pela SGSUS para conscientização e sensibilização do corpo funcional sobre o descarte correto de resíduos (tampinhas, cartões plásticos e lacres) quando o recolhimento desse material alcançou, aproximadamente, uma tonelada, em 2023.

Ademais, o PJERJ sempre se destaca na quantidade de ações de qualidade de vida, de capacitação socioambiental e sensibilização com expressivo número de participações da força de trabalho nas ações educacionais, o que demonstra o interesse na matéria socioambiental.

A avaliação dos resultados do Plano de Logística Sustentável, referente ao exercício de 2023, demonstra em números as ações socioambientais realizadas pelas diversas unidades deste Tribunal, ressaltando o compromisso com as políticas institucionais para a sustentabilidade.

O PLS está relacionado ao planejamento estratégico do PJERJ e aos indicadores do CNJ e, apesar dos desafios, foi possível estabelecer ações para o atingimento da maioria das metas estabelecidas.

A análise de desempenho do PLS demonstra que, dos 16 indicadores, 12 atingiram a meta prevista, 2 são indicadores que demandaram um olhar gerencial de monitoramento/acompanhamento e 2 não atingiram a meta, devendo ser objeto de oportunidade de melhoria quanto às ações e/ou revisão das respectivas métricas.

A série histórica, registrada nos gráficos acima, demonstra que a pandemia de Covid-19 provocou expressiva redução dos indicadores. Nesse sentido, o consumo de recursos, em geral, diminuiu entre os anos de 2020 e 2021 e houve um ligeiro aumento em 2022, entretanto esse recrudescimento não alcançou os números anteriores a 2019, com exceção dos indicadores de gastos com material de limpeza e suprimentos de impressão.

Contudo, verifica-se que o consumo desses produtos, em regra, não tenderá a aumentar em nível superior aos anos anteriores à pandemia, o que pode sinalizar o início de um processo de mudança na cultura do consumo interno.

Na comparação com o Poder Judiciário, como um todo, ou mesmo com a Justiça estadual percebemos o quanto ainda temos que caminhar, principalmente com relação ao consumo de água, energia e papel.

Ademais, não pode passar despercebido o destaque negativo em 2022, quando o PJERJ foi o primeiro lugar em consumo relativo de água (mede o consumo em relação à área total do órgão), entre todo o Poder Judiciário ($0,44 \text{ m}^3/\text{m}^2$), sendo que a média dos tribunais estaduais foi de $0,26 \text{ m}^3/\text{m}^2$.

Acrescente-se que com relação ao consumo de energia elétrica por metro quadrado, a situação do PJERJ também merece atenção, uma vez que, apresentamos em 2023 o maior consumo dos tribunais estaduais.

Com relação aos gastos, o que ocupa o primeiro lugar é a despesa com contrato de limpeza, seguido pela energia, construção de prédios novos, contratos de vigilância das instalações e de motoristas. No entanto, as medidas acima arroladas, sobretudo a contratação do CEMAI, indicam que a tendência é que a despesa com energia elétrica seja sensivelmente reduzida nos próximos anos.

Assim, os dados apresentados demonstram que há um longo caminho a percorrer para uma estabilidade no consumo e gasto dos indicadores do PLS, mas com o engajamento de todas as áreas, as dificuldades e os entraves poderão ser vencidos e superados, com alcance do equilíbrio financeiro, ambiental e social.

Não podemos esquecer que a elaboração de um projeto sustentável necessita de uma metodologia cíclica que possibilite a avaliação e reformulação das soluções ao longo de todo o processo, permitindo a interação entre as equipes e fazendo com que todos os profissionais envolvidos participem efetivamente de todas as etapas.

Dessa forma, ao pensar no futuro, não podemos esquecer da existência da pontuação nos critérios de sustentabilidade que impactam na classificação do TJRJ, principalmente quanto a redução do consumo de energia, papel, água, inclusive a envasada.












Destaca-se, ainda, que todos os segmentos, sociedade e entidades públicas terão que se adaptar a Agenda 2030 da ONU e criar ações para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável.


Desta forma, observa-se que o cenário atual da política socioambiental do PJERJ é positivo, visto que foram constatados grandes avanços.

Diante de todo o exposto, o PJERJ cumpriu sua função institucional, de elaborar um diagnóstico e apresenta um relatório que evidencia as ações organizacionais de sustentabilidade desse Poder junto à sociedade, oferecendo assim, elementos substanciais para a tomada de decisão acerca da melhor gestão organizacional simbolizada pela logomarca da COSUS composta por uma folha e uma seta que retratam um movimento circular impulsionado pela meta de um ambiente ecologicamente equilibrado.



A QUADRO DO MONITORAMENTO DO PLS NO EXERCÍCIO DE 2023

Nº	INDICADOR	META	SITUAÇÃO
1	Papel	Reduzir em 2% ao ano o consumo de resmas de papel até 2023, em relação ao ano de 2019.	
2	Copos descartáveis	Manter em 100% a política de não utilização de copos descartáveis.	
3	Água envasada	Reduzir o consumo de água envasada, embalagens descartáveis em 5% ao ano, até 2023.	
4	Impressões	Reduzir os gastos com impressão em 10% ao ano.	Não atingida
5	Energia	Reduzir o consumo de energia por m ² de 2019 em 5% ao ano até 2023	
6	Água e esgoto	Reduzir o consumo de água por m ² de 2019 em 5% ao ano, até 2023.	
7	Gestão de resíduos	Destinar corretamente 90% dos tipos de resíduos.	
8	Reformas e construções	A meta se encontra em revisão, indicador CNJ de acompanhamento dos gastos com obras e reformas	Não se aplica
9	Limpeza	Reduzir em 5% os gastos com material de limpeza	Não atingida
10	Vigilância	Conclusão dos estudos relativos ao cumprimento da Resolução 291/19 do CNJ sem aumento de despesas até 2023. (Em revisão)	Não se aplica
11	Telefonia	Reduzir os gastos com telefonia fixa e móvel em até 10%, mantendo a iniciativa proposta.	
12	Veículos e combustível	Reduzir em 2% ao ano o gasto com combustível e veículos a partir da renovação da frota de veículos.	
13	Aquisições e contratações	Aumentar 2% ao ano, aproximadamente, a quantidade de bens com requisitos sustentáveis que integram o Guia Verde	
14	Qualidade de vida	Ampliar em 10% ao ano a participação dos colaboradores nas ações de qualidade de vida no trabalho	
15	Capacitação em sustentabilidade	Aumentar as ações de capacitação e sensibilização em 10% ao ano até 2023	

16	Responsabilidade Social	Atingir pelo menos 60% do público alvo previsto.	
----	-------------------------	--	---

SÉRIE HISTÓRICA

Papel

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CPp - Consumo de papel próprio (papel comum + reciclado)	Resma	247.040	228.049	214.868	210.847	89.839	101.274	104.990	107.044
GPp - Gasto de papel próprio	R\$	2.164.730	2.580.067	2.640.360	2.820.732,00	1.278.748,00	1.306.024,76	1.449.648,81	2.025.600,49
CPc - Consumo de papel contratado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Água envasada

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CEd - Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	UN	534.480	1.198.824	966.924	1.022.412	249.380	362.088	545.856	637.464
CEr - Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	UN	235	167	173	213	663	445	385	420
GAed - Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	342.186	671461	471.261	776.505,33	262.540,50	330.872,24	590.098,86	734.991,10
GAer - Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	3.633	3596	2.003	4.282,80	14.231,70	5.770,00	5.365,00	5.880,00

Impressão

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
QI - Quantidade de impressões	UN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
QEI - Quantidade de equipamentos de impressão	UN	8036	7840	7603	7937	7939	7823	7774	7694
QJP - Quantidade de impressões per capita	UN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GCI - Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Gasto com aquisição de suprimentos de impressão (res.201)	R\$	5.109.802,17	N/A	6.951.100,60	2.637.733,31	1.199.931,78	1.394.916,95	2.111.697,99	2.608.258,53
Gasto com aquisição de impressoras (res.201)	R\$	4778181,00	281.184,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Energia elétrica

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CEE - Consumo de energia elétrica	kwh	89.633.776	88.922.626	89.201.232	93.357.169	71.432.254	73.021.987,40	77.123.250,00	83.328.526,72
CRE - Consumo de energia elétrica por m ²	kwh/m ²	128,57	126,48	127,01	131,69	100,75	102,99	70	64
GEE - Gasto com energia elétrica	R\$	45.306.615	48.697.178	54.784.233	55.499.313	48.864.025	58.064.528	65.588.121	66.898.636,88
GRE - Gasto com energia elétrica por m ²	R\$	N/A	N/A	N/A	78,29	68,92	81,89	59,54	59,64
Uso de energia alternativa (sim/não e quais) - mensal	Sim/Não	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
NT - Negociação Tarifária - anual - responder 2 perguntas CNJ	Sim/Não	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Água e esgoto

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CA - Consumo de água	m ³	583.369	570.895	538.044	556.134	496.759	554.325	543.046	557.824
CRA - Consumo de água por m ²	m ³ /m ²	0,84	0,81	0,77	0,78	0,7	0,78	0,49	0,48
GA - Gasto com água	R\$	5.677.111	6.925.691	7.100.692	6.245.142	6.516.356	7.583.848	8.587.332	10.259.465,97
GRA - Gasto com água por m ²	R\$	5,32	9,85	10,11	8,81	9,19	9,59	7,79	8,8

Gestão de resíduos

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Dpa - Destinação de papel	kg	0	63.715	69.325	95.424	28.301	54.966	97.597	151.691
Dpl - Destinação de plásticos	kg	0	8.679	7.708	8.949	3.580	5495,1	13.592	20.466
Dmt - Destinação de metais	kg	0	1.213	1.261	2.180	5.785	1.352	6.450	10.158,70
Dvd - Destinação de vidros	kg	0	978	702	860	925	1.921	3.335	2.549

Cge - Coleta geral	kg	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6262	17.871
TMR - Total de materiais destinados à reciclagem	kg	0	N/A	78.996	107.595	37.025	63.734	127.236	202.735
Del - Destinação de resíduos de eletroeletrônicos	kg	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.525	1.063	2.538
Dimp - Destinação de suprimentos de impressão	UN	35478	0	30011	21557	4951	6.403,07	7.953,41	7367,52
Dpb - Destinação de pilhas e baterias	kg	N/A	N/A	300	778	70	11	22,16	27,94
Dlp - Destinação de lâmpadas	UN	43.360	20.429	54.254	4.001	0	53.462	39.800	54.110
Drs - Destinação de resíduos de saúde	litros	12.520	15.360	17.040	23280	10560	12.720	12.000	9.121,20
Dob - Destinação de resíduos de obras e reformas	kg	245.482	0	0	1.635,60	440 m³	3.299.940	5.488.121	880m³

Reformas e construções

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Gref - Gastos com reformas no período-base	R\$	31.975.298	32.802.831	31.250.810	8.055.083	2.467.652	4.971.835	92.759	2.223.753,66
Varição dos gastos com reformas em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-69,37%	101,48%	-98,13%	2297%
Gconst - Gastos com construção de novos edifícios no período-base	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	0,00	0,00	59.659.358,97

Limpeza

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GLB - Gastos com contratos de limpeza no período-base	R\$	69.396.624,20	72.160.321,00	84.833.372,00	64.604.706,85	63.073.394,58	60.333.691,35	65.342.520,11	72.734.422,57
m²Cont - Área contratada	m²	1.067.054,70	703.082,00	702.317,00	994.166,00	976.513,00	1.013.641,51	1.013.641,51	1.007.418,79
GRL - Gasto com contratos de limpeza por m²	R\$	65,03	102,63	120,79	64,98	64,59	59,52	64,46	72,2
GML - Gasto com material de limpeza	R\$	6.832.827,73	6.712.719,00	6.808.109,00	5.920.514,00	5.898.214,38	5.746.891,16	6.039.980,97	6.461.318,80
Varição dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-13%	-0,38%	-2,57%	5,10%	7%

Vigilância

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
QPV - Quantidade de total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	Número de trabalhadores	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	652	625	625
GRV - Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada reais/número de trabalhadores	R\$	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	53.219,30	46.266,97	40.261,40
Gve - Gastos com contratos de vigilância eletrônica	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	11.493.275	8.967.499	9.530.164,08
Quantidade de postos	Postos	544	514	495	499	499	502	502	502
GV - Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	R\$	34.130.321	33.713.118	31.306.639	33.713.118	32.334.746	34.698.980	28.916.859	30.731.242,17

Varição dos gastos com contratos de vigilância em relação ao ano anterior (res.201)	%	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	-4,09%	7,31%	-16,66%	6,3%
---	---	----------------	----------------	----------------	----------------	--------	-------	---------	------

Telefonia

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GTf - Gasto com telefonia fixa	R\$	4.702.890,00	3.331.800,00	2.836.562,00	1.889.922,29	877.366,00	784.395,15	644.117,87	776.859,79
LTf - Linhas telefônicas fixas	UN	3174	3351	3238	3263	3513	3494	3193	3152
GRTf - Gasto relativo com telefonia fixa (despesa em relação ao total linhas)	R\$	1.481,69	994,27	876,02	579,20	249,75	224,50	201,73	246,5
GTm - Gasto com telefonia móvel	R\$	522.809,00	1.129.861,00	896.198,00	622.593,00	451.200,00	470.196,20	466.230,35	469.599,11
LTm - Linhas telefônicas móveis	UN	1186	1141	1175	1027,00	1027,00	1025	1026	1024
GRTm - Gasto relativo com telefonia móvel (despesa em relação ao total linhas)	R\$	440,81	990,23	762,72	606,22	439,34	458,73	454,42	458,6

Veículos

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Km - Quilometragem	km	11244248	11.989.960	10.684.731	10857426	6155835	7300746	8.807.576,64	10.069.484,33
VGEF - Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex (soma)	UN	710	699	693	651	656	651	646	711
VD - Quantidade de veículos a diesel	UN	26	22	26	26	26	26	26	40
Valt - Quantidade de veículos movidos por fontes alternativas	UN	13	13	13	9	9	9	9	9
QVe - Quantidade de veículos - Qve= VGEF + VD + Valt	UN	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	686	682	677	672	760
QVS - Quantidade de veículos de serviço	UN	521	489	515	506	420	498	482	565
QVM - Quantidade de veículos destinados à locomoção magistrados	UN	228	226	178	179	179	178	190	190
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	1.892.530	4.255.880	5.077.588	4.354.149,30	3.397.563,13	4.475.866,55	4.133.692,01	3.777.062,59

GRMV – Gasto relativo com manutenção por veículo	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	6.347	4.982	6.611	6.151	4970
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	25560128	26326418	26565519	19.405.644,62	17.663.665,29	16.998.963,90	20.322.724,90	22.534.660,97
GRCM – Gasto com contrato de motoristas por veículo	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	28.288,11	25.899,80	25.109,25	30.242,15	29.847,23
GCV - Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	NÃO HOUEVE	NÃO HOUEVE	NÃO HOUEVE

Combustível

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CG - Consumo de gasolina	Litros	1354390	12665985	1.122.876	1142820	655248	765.536	811230,45	801.769,36
CE - Consumo de etanol	Litros	90350	419	2.049	4401	2427	329	1016,89	168
CD - Consumo de diesel	Litros	56571	59706	47234	50501	50500,52	31.649	51824,86	72.922,18
GC – Gasto com combustível	R\$	N/A	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	5.203.313,41	5.782.381,25	5.130.219,14

Apoio ao serviço administrativo

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	R\$	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	157.625,27	258.652,12	330.957,63

Aquisições e contratações

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	109	191	207
ACS - Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Número de contratos	N/A	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	79	105	132
PCS - Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade	%	N/A	N/A	N/A	INDICADOR NOVO	INDICADOR NOVO	72%	55%	64%

Qualidade de vida

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PVQ - Participação em ações de qualidade de vida	Número de ações	20.230	12.250	21.714	33290	24665	9557	14277	32.468
AQV - Quantidade de ações de qualidade de vida	Número de ações	20	18	61	13	10	23	73	78

PAS – Participações em ações solidárias	Número de pessoas	1150	N/A	340	382	88	220	1921	1485
AS - Quantidade de ações solidárias	Número de ações	19	N/A	34	12	2	4	21	16

Capacitação em sustentabilidade

Questionário anual	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ACap – Ações de capacitação em sustentabilidade	UN	20	5	6	91	53	25	49	80
ASen – Ações de sensibilização em sustentabilidade	UN	50	5	30	N/A	N/A	36	64	132
PCap – Participação em ações de capacitação em sustentabilidade	UN	3257	450	3300	8790	10081	7978	19977	19549

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Resolução TJ/OE 04/2023 – Aprova a Estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Portaria 2755/2023 – Altera a composição da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS).

Ato Executivo nº 111/2023 – Altera o Ato Executivo nº 1299/2013, que instituiu a Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade (COSUS), no âmbito deste Tribunal de Justiça.

Ato Executivo nº 257/2023 – Aprova o Plano de Logística Sustentável – PLS 2024-2026 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Executivo nº 130/2022 - Dispõe sobre o procedimento de coleta seletiva de resíduos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.



PLS TJRJ

Secretaria Geral de Sustentabilidade e
Responsabilidade Social

Departamento de Sustentabilidade

Divisão de Gestão Ambiental



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO